



**ACÓRDÃO Nº1155/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº11752/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Tefé.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** João Paulo Rodrigues Nascimento (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Isaac Luiz Miranda Almas – OAB/AM 12199, Ênia Jessica da Silva Garcia Cunha – OAB/AM 10416, Antonio das Chagas Ferreira Batista – OAB/AM 4177, Fabrícia Taliéle Cradoso dos Santos – OAB/AM 8446, Adrimar Freitas de Siqueira – OAB/AM 8243.
- 7- **Unidade Técnica:** DICREA E DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2601/2022-DIMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Tefé. Exercício de 2019.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Ciência. Arquivamento.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Tefé, exercício de 2019, sob a responsabilidade do Sr. **João Paulo Rodrigues Nascimento**, que figura como Ordenador de Despesas, com fulcro no que dispõe o art. 22, II, da Lei nº 2.423/1996, combinado com o art. 188, § 1º, II, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, uma vez que a restrição 1 apontada pela DICAMI (atraso no envio dos balancetes mensais referentes aos meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2019) e o achado 1 elencado pela DICREA (descumprimento do prazo de publicação do RGF do 1º e 3º quadrimestres de 2019) não foram efetivamente saneadas;

**10.2. Aplicar Multa** ao Sr. **João Paulo Rodrigues Nascimento**, Ordenador de



**ACÓRDÃO Nº1155/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Despesas da Câmara Municipal de Tefé, exercício 2019, no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos) por cada mês de atraso na inserção da movimentação contábil no Sistema e-Contas (que perfazem os meses de janeiro, fevereiro e dezembro de 2019), totalizando o montante de **R\$ 5.120,40** (cinco mil, cento e vinte reais e quarenta centavos), conforme o art. 54, I, “a”, da Lei nº 2.423/1996, com redação dada pela Lei Complementar nº 204/2020, combinado com o art. 308, I, “a”, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, alterada pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, ante a impropriedade constante na restrição nº 1 elencada pela DICAMI, conforme Fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.3. Aplicar Multa** ao Sr. **João Paulo Rodrigues Nascimento**, Ordenador de Despesas da Câmara Municipal de Tefé, exercício 2019, no valor de **R\$ 1.706,80** (mil, setecentos e seis reais e oitenta centavos), por cada quadrimestre de atraso na publicação dos Relatórios de Gestão Fiscal no Sistema e-Contas (referente ao 1º e 3º quadrimestres de 2019), totalizando o montante de **R\$ 3.413,60** (três mil, quatrocentos e treze reais e sessenta centavos), conforme o art. 54, I, “c”, da Lei nº 2.423/1996, com redação dada pela Lei Complementar nº 204/2020, combinado com o art. 308, I, “c”, da Resolução nº 04/2002 – TCE/AM, alterada pela Resolução nº 4/2018 – TCE/AM, pela impropriedade constante no achado 1 identificado pela DICREA, conforme exposto na fundamentação do Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias**, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea “a”, da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo



**ACÓRDÃO Nº1155/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.4. Dar ciência** ao Sr. **João Paulo Rodrigues Nascimento** e seus patronos constituídos, do teor da decisão em epígrafe.

**10.5. Arquivar** os autos, após expirados os prazos legais.

**11- Ata:** 26ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 19 de Julho de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente, em substituição), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira-Presidente, em substituição.

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral